


CLIPPING IMPRESSO

06/05/2021

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2 - 3
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4
3.2. SEGURANÇA.....	5
3.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	6
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CEMULHER.....	7
4.2. ESMAM.....	8
4.3. JUÍZES.....	9
4.4. POSSE.....	10
4.5. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	11

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
<p>Aviso de Licitação Concorrência nº 01/2021 Processo nº 17.613/2020</p> <p>Objeto: Construção do Salão Jûri e Reforma do Fórum da Comarca de Cururupu; Base legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006 e suas respectivas alterações; Abertura: 08/06/2021, às 10:00 horas; Local: Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; E-mail: colocitacao@tjma.jus.br; Fone: (98) 3261-6181. Atendimento Presencial: 08:00 às 13:00, conforme Portarias-Conjuntas nos 34/2020 e 319/2021 (Covid-19). São Luís/MA, 04 de maio de 2021. Thiego Chung de Farias – Membro CPL-TJMA.</p>	



Justiça fará audiência para aumentar frota de ônibus na Capital

A Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Saúde de São Luís entrou com uma Ação Civil Pública requerendo que a totalidade dos ônibus disponíveis em São Luís e nas rotas intermunicipais sejam colocados em operação, com o propósito de diminuir a lotação nos coletivos e fazer cumprir as medidas de distanciamento social necessárias ao controle da propagação do novo coronavírus (Covid-19). PÁGINA 9

ÔNIBUS

Justiça fará audiência para aumentar frota

Justiça marca audiência para resolver aumento de frota de ônibus. O objetivo é diminuir a lotação nos coletivos e fazer cumprir as medidas de distanciamento social

No dia 28 de abril a 18ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Saúde de São Luís entrou com uma Ação Civil Pública requerendo que a totalidade dos ônibus disponíveis em São Luís e nas rotas intermunicipais sejam colocados em operação, com o propósito de diminuir a lotação nos coletivos e fazer cumprir as medidas de distanciamento social necessárias ao controle da propagação do novo coronavírus (Covid-19).

A Ação foi distribuída para a Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, que marcou uma audiência com os envolvidos, alvos da Ação, que tem por base uma Representação recebida pela Promotoria: o Estado do Maranhão, o Município de São Luís, a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís (SET), o Consórcio Taguatur Ratrans – Consórcio Central, o Consórcio Via SL Ltda., o Consórcio Upaon Açu e a Viação Primor Ltda.

O sistema de transportes urbanos de São Luís é composto por 171 linhas e há 971 ônibus cadastrados. Destes, 668 veículos estão em operação, havendo um saldo de 203 coletivos disponíveis para incorporação ao sistema. Dados de dezembro de 2020 apontam que naquele mês foram transportados mais de 7,6 milhões de passageiros.

De acordo com o Ministério Público, um dos órgãos consultados, como a MOB, afirmou que notificou todas as empresas e consórcios que atuam nas 13 linhas de transporte semiurbano para que disponibilizassem 100% de suas frotas, além de aumentar um

veículo em cada uma das linhas.



A medida foi tomada em razão da pandemia de coronavírus e do alto poder de transmissão que o vírus tem potencializada por aglomerações que podem ser causadas quando os transportes coletivos estão com capacidade máxima de usuários.

Para o promotor de justiça Herberth Costa Figueiredo, os acionados estão descumprindo a legislação vigente ao permitir que os usuários do sistema de transportes sejam expostos a riscos de contaminação desnecessários e evitáveis por “não ser possível garantir o distanciamento social e interpessoal em veículos com superlotação, prejudicando a eficácia das medidas de prevenção do contágio e do combate à propagação da transmissão da Covid-19”.

O MPMA pediu que a Justiça determine, em medida liminar, o prazo de 72 horas para que sejam adotadas as

providências necessárias para garantir o controle efetivo da lotação nos ônibus, com o funcionamento de todas as linhas com 100% da frota de 871 ônibus. Também deve haver o aumento de um coletivo para cada uma das 13 linhas de transporte semiurbano, além da proibição do transporte de passageiros em pé, conforme determina a portaria nº 023/2021 da MOB, que prevê lotação máxima de 40 passageiros em ônibus convencionais e 59 nos veículos articulados, todos sentados.



A Ação Civil também pede que após o prazo para cumprimento da decisão, sejam realizadas vistorias pela justiça, com apoio de técnicos das Superintendências de Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, MOB, Corpo de Bombeiros e SMTT, e que caso seja descumprida a ação, seja aplicada multa diária de R\$ 10 mil.

Justiça autoriza saída temporária de 722 presos para passagem do Dia das Mães no Maranhão

Dentre os beneficiados estão detentos que respondem por tráfico interestadual e internacional de drogas



Divulgação/SEAP

Penitenciária de Pedrinha em São Luís teve o maior número de liberações

Mesmo em meio a um dos piores momentos da pandemia da Covid-19 no Maranhão, a Vara de Execuções Penais de São Luís e Imperatriz, determinaram a saída temporária de Dia das Mães para 722 detentos. O número de detentos com direito a esse benefício em Imperatriz, não foi divulgado.

Os presos foram autorizados a sair nesta quarta-feira (5) às 9h, com a obrigação de retornar às unidades prisionais até as 18h do dia 11 de maio (terça-feira). Eles também precisavam seguir algumas regras, como não frequentar festas,

bares e similares. Além disso, para serem liberados, os detentos precisam estar com a ficha limpa na questão do comportamento na casa do albergado.

Os presos que não comparecerem no prazo determinado serão considerados foragidos. Dentre os beneficiados, estão Ericlenes Moraes Cruz e Eurípedes Inácio Alves de Oliveira, que respondem respectivamente aos crimes de tráfico interestadual e internacional de drogas.

Em regra, as saídas temporárias previstas no artigo 122 da Lei de Execuções Penais

são concedidas cinco vezes por ano, com duração de sete dias cada, e não preveem a saída de condenados que cumprem pena por praticar crime hediondo resultando em morte. O calendário normalmente leva em consideração o período da Páscoa; Dia das Mães; Dia dos Pais; Fimados e Natal/Ano Novo.

No entanto, em alguns estados, inclusive no Maranhão, as saídas temporárias já foram adiadas levando em consideração a crise sanitária e o risco da Covid-19 aos próprios detentos. (*Assessoria SEAP*)

CGJ-MA informa roubo de 200 papéis de segurança do 2º Ofício de Porto Franco

Divulgação



Papéis de segurança de nº 3501801 a 3502000 devem ser inutilizados

A tabeliã Railany Ribeiro Araújo, titular do cartório do 2º Ofício Extrajudicial de Porto Franco, comunicou à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) o roubo de 200 papéis de segurança que seriam utilizados pelos cartórios na emissão de documentos. O roubo dos papéis teria acontecido em 26 de fevereiro, durante o transporte do material para a cidade pelos correios, e já foi informado à Delegacia de Polícia Civil de Porto Franco, por meio do Boletim de Ocorrência.

Diante da gravidade do caso, o corregedor geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, abriu processo administrativo na CGJ-MA e determinou o encaminhamento dos autos ao Fundo Especial de Modernização e Aparelhamento do Poder Judiciário (FERJ), do Tribunal de Justiça do Estado, para que sejam inutilizados os papéis de segurança de números 3501801 a 3502000. O juiz de registros públicos da comarca, assim como todas

as serventias extrajudiciais do Estado e as Corregedorias Gerais da Justiça do país já foram notificados da ocorrência.

O corregedor determinou o envio dos autos à Secretaria de Estado de Segurança Pública para acompanhamento do caso, solicitando apoio institucional do órgão na celeridade da investigação do crime. “Uma vez que pelas características do delito praticado, cogita-se a existência de grupos especializados em falsificação de registros civis, crime cujas implicações são extensas”, justifica o desembargador.

Cópia dos autos também foram enviados ao Ministério Público estadual, que tem competência para promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal por meio de Procedimento Investigatório Criminal.

Qualquer informação sobre o paradeiro dos papéis roubados pode ser passada à CGJ-MA pelo telefone (98) 3198-4600, que tem atendimento virtual. **(Helena Barbosa)**

CGJ-MA informa roubo de 200 papéis de segurança do 2º Ofício de Porto Franco

Divulgação



Papéis de segurança de nº 3501801 a 3502000 devem ser inutilizados

A tabeliã Railany Ribeiro Araújo, titular do cartório do 2º Ofício Extrajudicial de Porto Franco, comunicou à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) o roubo de 200 papéis de segurança que seriam utilizados pelos cartórios na emissão de documentos. O roubo dos papéis teria acontecido em 26 de fevereiro, durante o transporte do material para a cidade pelos correios, e já foi informado à Delegacia de Polícia Civil de Porto Franco, por meio do Boletim de Ocorrência.

Diante da gravidade do caso, o corregedor geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, abriu processo administrativo na CGJ-MA e determinou o encaminhamento dos autos ao Fundo Especial de Modernização e Aparelhamento do Poder Judiciário (FERJ), do Tribunal de Justiça do Estado, para que sejam inutilizados os papéis de segurança de números 3501801 a 3502000. O juiz de registros públicos da comarca, assim como todas

as serventias extrajudiciais do Estado e as Corregedorias Gerais da Justiça do país já foram notificados da ocorrência.

O corregedor determinou o envio dos autos à Secretaria de Estado de Segurança Pública para acompanhamento do caso, solicitando apoio institucional do órgão na celeridade da investigação do crime. “Uma vez que pelas características do delito praticado, cogita-se a existência de grupos especializados em falsificação de registros civis, crime cujas implicações são extensas”, justifica o desembargador.

Cópia dos autos também foram enviados ao Ministério Público estadual, que tem competência para promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal por meio de Procedimento Investigatório Criminal.

Qualquer informação sobre o paradeiro dos papéis roubados pode ser passada à CGJ-MA pelo telefone (98) 3198-4600, que tem atendimento virtual. **(Helena Barbosa)**

Firmada parceria para atendimento psicológico às mulheres vítimas de violência

A situação de violência contra a mulher continua preocupante e durante o isolamento social verifica-se aumento do número de casos. No Maranhão, no ano passado, na primeira onda da pandemia de Covid-19, foram registrados 60 feminicídios no estado, sendo 12 na região metropolitana de São Luís e 7 deles na capital, segundo dados do Departamento de Feminicídio da Casa da Mulher Brasileira. Para fortalecer a atuação conjunta dos órgãos da rede de proteção à mulher, a faculdade Pitágoras aderiu ao termo de cooperação técnica da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA). Por meio do acordo, que segue normas do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) e Conselho Federal de Psicologia (CFP), a clínica-escola do curso ofertará, de forma gratuita, assistência psicológica às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Webinário

Antes de iniciar o atendimento, o corpo docente, acadêmico e administrativo da faculdade Pitágoras participará de uma capacitação por meio de um webinário que traz como tema: “Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar: uma abordagem multidisciplinar em rede”. O objetivo é sensibilizar os participantes sobre as particularidades dessa demanda na oferta do atendimento psicológico. O evento será nos dias 6 e 7 de maio.

Firmada parceria para atendimento psicológico às mulheres vítimas de violência

A situação de violência contra a mulher continua preocupante e durante o isolamento social verifica-se aumento do número de casos. No Maranhão, no ano passado, na primeira onda da pandemia de Covid-19, foram registrados 60 feminicídios no estado, sendo 12 na região metropolitana de São Luís e 7 deles na capital, segundo dados do Departamento de Feminicídio da Casa da Mulher Brasileira. Para fortalecer a atuação conjunta dos órgãos da rede de proteção à mulher, a faculdade Pitágoras aderiu ao termo de cooperação técnica da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA). Por meio do acordo, que segue normas do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) e Conselho Federal de Psicologia (CFP), a clínica-escola do curso ofertará, de forma gratuita, assistência psicológica às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Webinário

Antes de iniciar o atendimento, o corpo docente, acadêmico e administrativo da faculdade Pitágoras participará de uma capacitação por meio de um webinário que traz como tema: “Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar: uma abordagem multidisciplinar em rede”. O objetivo é sensibilizar os participantes sobre as particularidades dessa demanda na oferta do atendimento psicológico. O evento será nos dias 6 e 7 de maio.

Kátia Persovisan
 katapo@netmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
 Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
 Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Entre Nós

***o corpo docente, acadêmico e administrativo da faculdade Pitágoras participará de uma capacitação por meio de um webinário que traz como tema: "Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar: uma abordagem multidisciplinar em rede". O objetivo é sensibilizar os participantes sobre as particularidades dessa demanda na oferta do atendimento psicológico.

***O evento será nos dias 6 e 7 de maio, realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA), em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM). Após a capacitação, a CEMULHER fará o levantamento de demandas junto às varas e Casa Abrigo, que é mantida pelo TJMA, para, junto com a Faculdade Pitágoras, construir um fluxo dos encaminhamentos para o efetivo atendimento das mulheres e seus dependentes na Clínica-Escola de Psicologia.

Informe JP

Miudinhas

* *** O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, empossou, nessa quarta (5), o magistrado Ângelo Antonio Alencar dos Santos, como juiz auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís (entrância final), no gabinete da Presidência (Palácio Clóvis Bevilácqua).

*** Ângelo dos Santos – que atua como coordenador de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA – foi promovido da 1ª Vara Cível da Comarca de Açailândia, pelo critério de merecimento, por meio de decisão tomada na sessão plenária administrativa, realizada ontem.

Informe JP

Miudinhas

* *** O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, empossou, nessa quarta (5), o magistrado Ângelo Antonio Alencar dos Santos, como juiz auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís (entrância final), no gabinete da Presidência (Palácio Clóvis Bevilácqua).

*** Ângelo dos Santos – que atua como coordenador de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA – foi promovido da 1ª Vara Cível da Comarca de Açailândia, pelo critério de merecimento, por meio de decisão tomada na sessão plenária administrativa, realizada ontem.